



portalbenews.com.br

HUB Governo quer aumentar mistura do biodiesel no diesel para 25% ▶ **p3**

FERROVIAS Renan Filho pretende apresentar Plano Nacional e retomar Transnordestina ▶ **p4**

Divulgação/Governo de SP



LIGAÇÃO PLANALTO-PORTO SP pede estudo de traçado para tráfego de caminhões

Concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes recebeu aval para iniciar análise do projeto de implantação da via ▶ **p5**

Governo pretende realizar 13 leilões rodoviários em 2024 ▶ **p4**

Marcio Ferreira/MT



INCENTIVO Presidente Lula sanciona nova lei de debêntures de infraestrutura ▶ **p4**

MARINHA Porto de Santos volta a ter Grupamento de Fuzileiros Navais 48 anos ▶ **p6**

AGRO Com superávit de US\$ 23 bilhões, setor de SP bate recorde em 2023 ▶ **p6**

EDITORIAL

Impulso ferroviário

O anúncio do ministro dos Transportes, Renan Filho, sobre a apresentação do Plano Nacional de Ferrovias no primeiro semestre deste ano, é um passo significativo para o desenvolvimento do setor ferroviário no Brasil. Além disso, a retomada das obras da Transnordestina em 2024 e o destaque dado a essa obra, considerada a maior em andamento no país, indicam o comprometimento do Governo com a ampliação da infraestrutura dedicada a esse modal.

A Transnordestina, ao conectar o Nordeste à malha nacional, apresenta-se como uma peça crucial para fortalecer a integração regional e nacional, abrindo novas possibilidades logísticas para escoamento de produtos e mercadorias. O avanço para ligar o Piauí ao Porto do Pecém, no Ceará, em 2023, demonstra o progresso já alcançado.

E as prioridades delineadas pelo Ministério dos Transportes, como os empreendimentos nos trechos entre Caetité e Barreiras (Fio II) e Mara Rosa e Água Boa (Fico), evidenciam a abrangência do plano e a busca por integrar diferentes regiões do país.

O Plano Nacional de Ferrovias, com suas três bases estratégicas, mostra uma abordagem abrangente. A elaboração de normas para atrair investimentos, a criação de um banco de projetos qualificados e a otimização de contratos de renovação ferroviária são passos essenciais para garantir segurança jurídica, qualificação de projetos e fontes sustentáveis de recursos.

As metas para 2024, como a continuidade na recuperação da malha ferroviária e o desenvolvimento de projetos estruturantes, alinhadas com um investimento expressivo de recursos públicos no setor, são promissoras. Espera-se que essas iniciativas promovam não apenas a modernização da infraestrutura, mas também contribuam para a redução dos custos logísticos e o aumento da competitividade da produção nacional.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ MANCHETE
- 5 SP pede estudo de traçado para caminhões em nova ligação Planalto-Porto

HUB

- 3 Governo quer aumentar mistura do biodiesel no diesel para 25%.

NACIONAL

- 3 Renan Filho pretende apresentar o Plano Nacional de Ferrovias neste semestre
- 4 Ministério dos Transportes pretende realizar 13 leilões rodoviários em 2024

Lula sanciona nova lei de debêntures de infraestrutura

REGIÃO SUDESTE

- 6 Porto de Santos volta a ter Grupamento de Fuzileiros Navais depois de quase 50 anos

Com superávit de US\$ 23 bilhões, agronegócio de SP bate recorde em 2023



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente

Fabício Julião

Diretor-superintendente

Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira

Jacyara Lima

Diretor-geral

Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial

Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News

Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News

Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News

Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News

Mônica Mathias

Equipe de reportagem

Cássio Lyra, Marília Sena, Paulo José Ribeiro,
Yousefe Sipp e Vitória Malafati (estagiária)

Colunistas

Cândice La Terza e Ivani Cardoso

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

atendimento@portalbenews.com.br

 (11) 91615.1200



Biocombustíveis 1

O Governo pretende aumentar a mistura do biodiesel no diesel para 25%. A medida, que não tem data prevista para ser implantada, foi anunciada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD). Ele explicou que essa ampliação será realizada a partir da aprovação do projeto de lei sobre "o combustível do futuro", em tramitação no Congresso Nacional.

Biocombustíveis 2

A intenção do Governo de ampliar a utilização do biodiesel não é novidade. Em dezembro, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) antecipou seu cronograma para expandir o uso do combustível. Atualmente, a mistura do biodiesel é de 12% e subirá um ponto percentual por ano - 13% neste ano, 14% em 2025 e 15% em 2026. Com a nova programação, a partir de março, esse índice será de 14% e chegará a 15% em 2025.

Biocombustíveis 3

Nessa mesma reunião do CNPE, Silveira conseguiu aprovar a suspensão da permissão de importação de biodiesel. Ontem, o ministro explicou que essa medida é necessária para não prejudicar a indústria local de biocombustível e, assim, evitar uma "instabilidade nos investidores". "A liberação da importação em si poderia comprometer a indústria local de biodiesel, o crescimento dessa indústria no País, porque geraria uma instabilidade nos investidores", disse. A interrupção dessa importação ainda foi considerada uma vitória do agronegócio.

Biocombustíveis 4

Nessa quarta-feira, durante evento sobre o Selo Biocombustível Social, Alexandre Silveira destacou: "Queremos que o biodiesel no Brasil seja para nós, brasileiros, o que o petróleo é para a Arábia Saudita".

BBB

O fato de o Banco Central (BC) não ter realizado leilões extras de dólares no mercado financeiro no ano passado foi comemorado pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), nessa quarta-feira. Foi a primeira vez em 24 anos, desde que o BC adotou a política de câmbio flutuante, em 1999. Em suas redes sociais, Alckmin celebrou a marca, fazendo um trocadilho com o reality show Big Brother Brasil. "Na 24ª prova, o Brasil foi líder. Vencendo todas as previsões, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avança no 'game' e quem leva o grande prêmio é o Brasil", postou.

Ministério dos Transportes pretende realizar 13 leilões rodoviários em 2024

Governo planeja 13 leilões rodoviários e enfrenta desafios na duplicação da BR-381

Divulgação/Dnit



Trecho da BR-381/MG: o Ministério dos Transportes tem trabalhado para acelerar o processo das licitações e melhorar o tempo de estudo para modelar novos projetos

YOUSEFE SIPP
redacao@portalbenews.com.br

O ministro dos Transportes, Renan Filho, revelou na quarta-feira, dia 10, o plano da pasta de promover 13 leilões rodoviários ao longo do ano de 2024. Esse projeto pode representar um total de R\$122 bilhões em investimentos do setor privado.

A ideia do Ministério é dar continuidade aos serviços que abrangem a recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento, implementação de melhorias e ampliação de capacidade da malha rodoviária nacional. O ministro afirmou que o Governo pretende ter leilões com mais competição em 2024.

Entre trechos a serem leiloados estão:

- ✓ BR-040/MG | Belo Horizonte (MG) – Juiz de Fora (MG)
- ✓ BR-381/MG | Belo Horizonte (MG) – Governador Valadares (MG)
- ✓ BR-364/GO/MT | Rio Verde (GO) – Rondonópolis (MT)
- ✓ BR-153/262/GO/MG
- ✓ BR-262/MG | Uberaba (MG) – Betim (MG)
- ✓ BR-040/MG/GO | Belo Horizonte (MG) – Cristalina (GO)
- ✓ BR-040/MG/RJ | Juiz de Fora (MG) – Rio de Janeiro (RJ)

- ✓ BR-070/174/364/MT/RO | Vilhena (RO) – Cuiabá (MT)
- ✓ BR-369/373/376/PR e PR-170/232/445/090 Lote 3 do Paraná
- ✓ BR-060/452/GO | Rio Verde (GO) – Goiânia (GO) – Itumbiara (GO)
- ✓ BR-163/277/PR e PR-158/180/182/280/483 Lote 6 do Paraná
- ✓ BR-364/RO | Porto Velho (RO) – Vilhena (RO)
- ✓ GO-020/060/070/080

O ministro reafirmou seu compromisso, mesmo não tendo atingido a meta esperada em 2023. Na ocasião, o órgão planejava realizar quatro leilões e lançar cinco novos editais. Entretanto, só foram realizadas de fato duas concessões e lançados quatro editais.

Ciente de que o número de 13 leilões a serem realizados é uma ambição alta, o Ministério dos Transportes tem trabalhado em conjunto com a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) para acelerar o processo das licitações e melhorar o tempo de estudo para modelar novos projetos.

"Não é razoável o Brasil fazer um leilão por ano, que é a média histórica. Em 25 anos, o Brasil fez 23 leilões de rodovias federais. É muito pouco diante da nossa necessidade de infra-

A IDEIA DO MINISTÉRIO É DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS QUE ABRANGEM A RECUPERAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, MONITORAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA MALHA RODOVIÁRIA NACIONAL

ção de acidentes. Diante das dificuldades na concessão, o Ministério dos Transportes e o Palácio do Planalto estão considerando outras alternativas para resolver a situação, como a realização de trechos em obra pública ou a concessão de parte da rodovia ao Exército.

Otimização dos contratos

O Governo pretende otimizar 14 contratos de rodovias, possibilitando um investimento adicional de R\$ 110 bilhões em 2024. Em setembro, o Ministério dos Transportes estabeleceu um prazo até 31 de dezembro de 2023 para as empresas manifestarem interesse em alterar os termos dos acordos de concessão.

Quatro contratos foram analisados por um grupo de trabalho da pasta, aguardando parecer do TCU (Tribunal de Contas da União), enquanto outros 10 buscam readequação por meio da portaria, que devem ser avaliadas esse ano. O objetivo é equilibrar os contratos no tempo e na tarifa, considerando as mudanças nos preços dos insumos e a necessidade de adequação das rodovias para as obras. Além de facilitar a retomada dos empreendimentos, a previsão é de que a harmonização desses contratos viabilize a participação dos investidores em futuros leilões.

estrutura. A gente levava 6 anos para estudar e modelar a concessão de uma rodovia, isso não dialoga com o que precisamos", declarou.

O ministro também revelou que recebeu uma cobrança direta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para encontrar uma solução para a duplicação da BR-381, conhecida como "Rodovia da Morte". O projeto já teve leilões cancelados por falta de propostas e enfrenta dificuldades devido a sua localização geográfica. O presidente Lula considera essa duplicação crucial para o desenvolvimento de Minas Gerais e para a redu-

NACIONAL

Renan Filho quer apresentar o Plano Nacional de Ferrovias neste semestre

Ministro dos Transportes disse também que espera retomar obras da Transnordestina

Marcio Ferreira/MT

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

O ministro dos Transportes, Renan Filho, pretende apresentar o Plano Nacional de Ferrovias no primeiro semestre deste ano. Além disso, a pasta prevê retomar as obras da Transnordestina em 2024. As informações foram repassadas a jornalistas na terça-feira, dia 9, em coletiva de imprensa concedida pelo ministro.

“Essa [Transnordestina] é a maior obra de infraestrutura em andamento no Brasil no momento, avaliada em quase R\$12 bilhões, dos quais R\$ 5 bilhões já foram investidos e R\$7 bilhões estão em investimento”, explicou Renan Filho.

O ministro destacou o potencial da Transnordestina para ligar o Nordeste à malha nacional. Em 2023, houve avanço para conectar o Piauí ao Porto do Pecém, no Ceará.

Entre outras prioridades do Ministério estão os empreendimentos do trecho entre



O ministro Renan Filho apresentou um balanço do trabalho na pasta em 2023. Segundo ele, o índice de condição da malha rodoviária atingiu o melhor patamar em sete anos

Caetitê (BA) e Barreiras (BA), da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) II, e entre Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT), da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico). O primeiro inclui 485 km e o segundo 363 km.

Em nota, o Ministério dos Transportes informou que o Plano Nacional de Ferrovias tem três bases. A primeira, é a elabo-

ração de um portfólio com normas para atrair investimentos com segurança jurídica através das políticas de transporte ferroviário da pasta.

O segundo é a criação de um banco de projetos qualificados com o pipeline de projetos ferroviários, e o terceiro é a fonte de recursos para o projeto que consiste na otimização

de contratos de renovação ferroviária com o objetivo de levantar recursos próprios para o setor de ferrovias em diálogo com as empresas.

Balanço

Renan Filho também apresentou um balanço do trabalho na pasta em 2023. Segundo ele, o

índice de condição da malha rodoviária (ICM) bom chegou a 67%, melhor patamar em sete anos.

“Demos um salto de 15 pontos percentuais em um ambiente que vinha tendo queda de 2016 a 2022. Essa é a demonstração de que o investimento que fizemos foi bastante relevante, e nossa meta é avançar ainda mais, em 80% da malha boa, atingindo o melhor nível de toda a série histórica”, afirmou Renan Filho.

O ministro ressaltou que entre outros objetivos para 2024 está dar continuidade na recuperação da malha ferroviária e o desenvolvimento de projetos estruturantes na pasta. Para ele, as expectativas serão possíveis com as condições promovidas pelo arcabouço fiscal.

Com as condições promovidas pelo arcabouço fiscal, esperamos investir de R\$ 70 bilhões a 80 bilhões em recursos públicos no setor até 2026. Além disso, desenvolvemos uma carteira de projetos atrativos para aproximar ainda mais o setor privado neste ano”, afirmou.

Lula sanciona nova lei de debêntures de infraestrutura

Entenda como as novas regras influenciam investidores, empresas e o desenvolvimento econômico do país

Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília

YOUSEFE SIPP
redacao@portalbenews.com.br

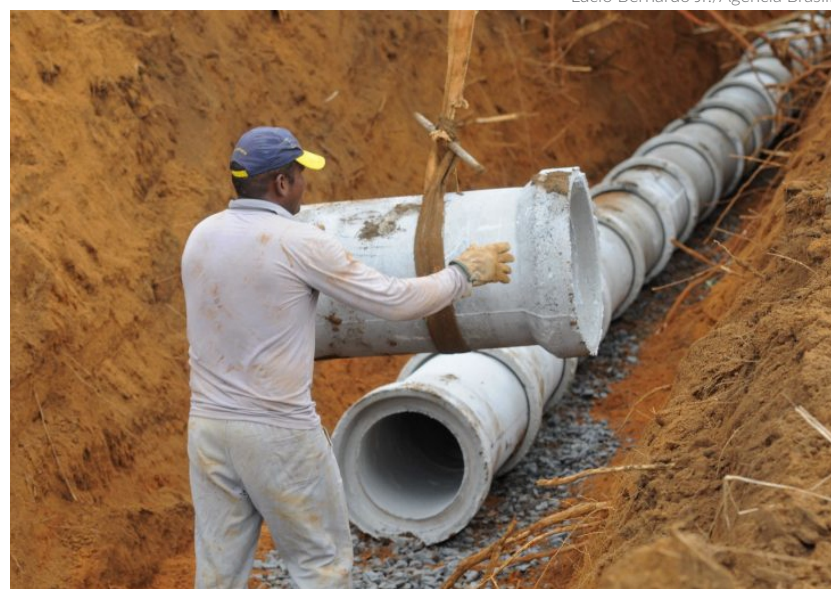
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na edição desta quarta-feira, 10, do Diário Oficial da União, a Lei 14.801/24, que cria debêntures de infraestrutura para concessões de serviços públicos, sem vetos.

As debêntures representam títulos de dívida emitidos pelas empresas com a finalidade de angariar fundos para suportar seus projetos de investimento. Esses instrumentos financeiros são acessíveis a pessoas físicas e jurídicas, que, ao adquiri-los, passam a receber juros periodicamente até a quitação total, assemelhando-se a um empréstimo.

No contexto específico das

debêntures de infraestrutura, trata-se de um mecanismo no mercado de capitais que incorpora incentivos fiscais destinados a impulsionar os investimentos nesse setor. A norma determina que os recursos arrecadados por meio dessas debêntures devem ser direcionados para projetos prioritários de infraestrutura ou produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, sujeitos à regulamentação do Poder Executivo federal. A emissão desses títulos deve ser feita até 31 de dezembro de 2030, seguindo novas regras para os fundos de investimento.

A nova lei cria debêntures de infraestrutura, uma modalidade adicional às debêntures incentivadas, em vigor desde 2011, ambas baseadas em incentivos tributários. Os dois modelos operam com benefícios fiscais, mas a diferença cruci-



al é para quem esses benefícios se aplicam: enquanto as debêntures incentivadas favorecem os compradores, as debêntures de infraestrutura oferecem vantagens às empresas emissoras.

Conforme a legislação, as empresas emissoras dessas debêntures têm permissão para excluir 30% dos juros pagos aos detentores dos títulos na hora

de calcular o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em cada período.

Além disso, as empresas emissoras podem deduzir o valor total dos juros pagos ou incorridos ao calcular o lucro líquido, de acordo com as leis de imposto de renda e CSLL.

Ficam impostas restrições quanto aos compradores, proi-

Empresas emissoras das debêntures de infraestrutura podem deduzir o valor total dos juros pagos ou incorridos ao calcular o lucro líquido, segundo as leis de imposto de renda e CSLL

bindo aquisição por pessoas ligadas a empresa emissora e impondo multa de 20% sobre o valor da debênture em caso de descumprimento. A entidade responde solidariamente pela multa em casos de dolo, fraude, conluio ou simulação, se as proibições forem infringidas.

Quanto à tributação, as debêntures de infraestrutura terão tratamento semelhante ao da renda fixa para investidores brasileiros, com tabela progressiva de Imposto de Renda. Investidores estrangeiros pagarão 15% de IR, podendo chegar a 25% se o país de residência for considerado com tributação favorecida, conforme acordos internacionais do Brasil para evitar evasão fiscal.

SP pede estudo de traçado para caminhões em nova ligação Planalto-Porto

Concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes recebeu aval para iniciar análise do projeto de implantação da via

Divulgação/ECOVIAS



O esgotamento do Sistema Anchieta-Imigrantes foi admitido pelo governador Tarcísio de Freitas, que vê a nova pista como um empreendimento importante para a logística do estado

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

O Governo de São Paulo autorizou que a Ecovias, concessionária que administra o Sistema Anchieta-Imigrantes, inicie a elaboração dos estudos visando o projeto de implantação da terceira pista da Rodovia dos Imigrantes. Segundo documento enviado à Agência de Transportes de São Paulo (Artesp), a empresa terá de planejar um traçado que permita o fluxo de veículos de passeio, ônibus e caminhões, simultaneamente, com destino ao Porto de Santos.

O documento enviado à

Artesp foi assinado pelo secretário de Parcerias em Investimentos (SPI), Rafael Benini, que, inclusive, se reuniu com representantes da agência na manhã de quarta-feira (10).

“A SPI determina que seja incorporado ao Contrato de Concessão e atribuído à Concessionária Ecovias dos Imigrantes, a responsabilidade pela elaboração de estudos e respectivos projetos, funcional e executivo, necessários para a futura construção e implantação de nova infraestrutura, visando à ampliação de capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes, para uma nova ligação entre o planalto e a baixada santista, tendo como premissa, a busca por um traçado que agregue, simultaneamente, o

atendimento aos fluxos de tráfego (inclusive ônibus e caminhões) e adequado às condicionantes ambientais”, diz trecho do documento.

De acordo com a secretaria estadual, a concessionária ficará responsável por elaborar estudos de tráfego e projetos funcional e básico, incluindo avaliações topográficas, sondagens e investigações geológicas e hidrogeológicas necessárias.

O prazo de conclusão dos estudos a serem realizados pela concessionária será de 24 meses, que, segundo o estado, podem ser prorrogáveis por mais 12 meses.

“O Sistema Anchieta-Imigrantes recebe um grande fluxo de veículos diariamente e essa demanda cresce ao longo dos

anos. Com essa autorização para o início dos estudos, estamos planejando ações estruturais de longo prazo para solucionar gargalos de mobilidade entre a Baixada Santista e o Planalto. A premissa desse projeto envolve a elaboração de um traçado que atenda as necessidades de tráfego e os preceitos ambientais”, comentou Benini.

Os custos de produção desses documentos serão de responsabilidade da concessionária e o cálculo para o reequilíbrio econômico-financeiro da execução desse trabalho será feito com base nos gastos efetivamente realizados e aprovados pelo Poder Concedente.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou

em dezembro passado o pedido para que a Ecovias fizesse a elaboração do projeto da nova pista. A declaração ocorreu durante sua participação em uma audiência pública ocorrida na Assembleia Legislativa que discutiu os desafios e melhorias para as rodovias concedidas.

Tarcísio admitiu o esgotamento do Sistema Anchieta-Imigrantes e, por essa razão, salientou a importância do empreendimento para a logística do estado.

Durante cumprimento de agenda na Europa ainda este mês, o governador disse que a comitiva do Governo do Estado vai se reunir com a empresa controladora da Ecovias para fazer a apresentação do projeto da nova ligação rodoviária.

Caminhoneiros têm apenas uma via para chegar ao Porto de Santos

O Sistema Anchieta-Imigrantes, que faz a ligação entre a capital de São Paulo e o Litoral, já apresenta uma grande saturação devido ao número de veículos que passam pelas rodovias concedidas diariamente, e isso incluiu os veículos pesados que se

direcionam ao Porto de Santos.

A única via de acesso para a chegada de caminhões ao Porto de Santos é a Via Anchieta, a mais antiga do Sistema Anchieta-Imigrantes. Uma nova ligação entre Planalto-Santos é uma das principais reivindicações do setor.

Conforme números apresentados pela concessionária Eco-vias e também pelo Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), pelo menos 12 mil caminhões descem pela via Anchieta por dia,

com o número podendo ser diretamente afetado em razão de intercorrência na rodovia, principalmente no que diz respeito a seu trecho de serra.

Com o planejamento de que os caminhões, que em sua grande maioria rumam em direção ao

cais santista, possam se deslocar por uma segunda via além da Anchieta, espera-se bons resultados para a movimentação de cargas, principalmente contêineres, no Porto de Santos, que ainda são transportados em sua maioria pelo modal rodoviário.

REGIÃO SUDESTE

Porto de Santos volta a ter Grupamento de Fuzileiros Navais após 48 anos

Corporação foi reativada oficialmente durante cerimônia e terá inicialmente 56 militares

Cássio Lyra/BE News

BRUNO MERLIN
bruno@forumbrasilexport.com.br

A Marinha do Brasil reativou na quarta-feira (10), em Santos (SP), o Grupamento de Fuzileiros Navais da cidade (GptFNSantos). O efetivo contará com 56 militares, que vão atuar sob área de jurisdição do Comando do 8º Distrito Naval. Santos voltará a ter o grupamento depois de 48 anos. A cerimônia ocorreu na sede de fuzileiros navais da Marinha, no bairro da Ponta da Praia.

Segundo anunciado pela Marinha, inicialmente o grupamento será composto por 56 fuzileiros navais. O efetivo será aumentado para 158 militares entre os próximos dois e três anos.

O evento foi presidido pelo comandante de Operações Navais da Marinha, almirante de Esquadra Wladmilson Borges de Aguiar, que condecorou o capitão de Fragata Eric Ricardo de Souza, que vai comandar o Grupamento de Fuzileiros Nava-



O Grupamento de Fuzileiros Navais de Santos será composto inicialmente por 56 fuzileiros navais, mas será aumentado para 158 militares entre os próximos dois e três anos

is de Santos. Natural do Rio de Janeiro, ele tem 45 anos.

Segundo explicou o novo comandante, o 8º Distrito Naval era o único grupamento da Marinha que não possuía um efetivo de fuzileiros navais subordinado a ela. A reativação ocorre pela importância do estado de São Paulo e do Porto de Santos para o Brasil dentro do cenário econômico, visando a segurança das operações.

"A Marinha veio acompanhando a evolução dos últimos acontecimentos e da importância de São Paulo, sobretudo o Porto de Santos para a economia brasileira. A Marinha viu a necessidade da presença de uma tropa de fuzileiros para poder suprir uma carência, a necessidade de ter um efetivo próximo ao porto em casos de urgência", disse o comandante.

A unidade funcionou em

Santos de 1963 a 1976. Segundo o capitão de Fragata, na ocasião, o governo desativou o grupamento por questões orçamentárias e de reestruturação da Marinha à época.

A ativação do grupamento tem como objetivo principal ampliar a capacidade operativa na área, fortalecendo as operações de fuzileiros navais, cooperação com órgãos federais, ações que correspondem a Ga-

rantia da Lei e da Ordem (GLO) e defesa dos portos.

A atuação dos militares visa aprimorar a efetividade e controle nas instalações portuárias de Santos, São Sebastião (SP) e Paranaguá (PR), além do aumento da presença na fronteira em Foz do Iguaçu.

A frota contará com equipamentos, armamentos e viaturas terrestres que vão auxiliar nas operações dos fuzileiros navais.

"Falamos de segurança não só da questão territorial da nossa costa, mas também do combate ao tráfico de drogas e de armas que refletem nas cidades da região. A Prefeitura vai apoiar amplamente qualquer ação ou qualquer necessidade de infraestrutura para melhoria do atendimento dos fuzileiros navais no município", comentou o prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), que participou da solenidade.

A solenidade contou com a presença de oficiais da Marinha, bem como representantes da cidade, da comunidade portuária e também de oficiais do Exército e da Aeronáutica.

Com superávit de US\$ 23 bilhões, agronegócio de SP bate recorde em 2023

Exportações do setor atingiram US\$ 28,39 bilhões, um aumento de 9,3% em relação a 2022

Divulgação/Governo de São Paulo

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

O agronegócio de São Paulo registrou um superávit de US\$ 23,3 bilhões ao longo de 2023, número 11,8% maior que o registrado em 2022. Este representa o melhor saldo de toda a série histórica. Os dados, divulgados na quarta-feira (10), são do Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado.

As exportações do setor no ano passado atingiram US\$28,39 bilhões, um aumento de 9,3% em relação a 2022. Já as importações em 2023 foram de US\$ 5,05 bilhões.

O agronegócio represen-

tou 40% das exportações do estado de São Paulo em 2023, que somaram US\$ 71,03 bilhões – mais de 20% do total nacional. Em relação às importações, o setor foi responsável por 7% do total estadual.

"São Paulo é o estado com maior valor bruto de produção por hectare do Brasil e com o maior número de culturas diversificadas. Esse ano vai ser um ano difícil, de seca, e nós vamos trabalhar em muitas frentes: crédito, seguro rural, conectividade, irrigação e assistência técnica. Precisamos estar cada vez mais preparados para o futuro. E o agro é o futuro do Brasil e do Estado de São Paulo", disse o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Guilherme Piai.

O líder no ranking das exportações foi o complexo sucroalcooleiro, que representou



US\$ 10,76 bilhões em transações, sendo 88,2% de açúcar e 11,8% de etanol.

Completam os cinco primeiros colocados entre produtos exportados o complexo soja (US\$ 3,64 bilhões, tendo a soja em grão 82,7% de participação no grupo); setor de carnes (US\$3,15 bilhões, em que a carne bovina respondeu por

82,6%); produtos florestais (US\$ 2,70 bilhões, com participações de 51,1% de celulose e 41,1% de papel) e o grupo de sucos (US\$ 2,27 bilhões, dos quais 97,7% referentes a suco de laranja).

Em 2023 na comparação com 2022, houve importantes alterações nos valores exportados dos principais grupos de

O líder no ranking das exportações do agro paulista foi o complexo sucroalcooleiro, que representou US\$ 10,76 bilhões em transações, sendo 88,2% de açúcar e 11,8% de etanol

produtos da pauta paulista. Os destaques ficaram para os aumentos do complexo sucroalcooleiro (+26,8%) e do segmento de sucos (+18,3%).

A China é o principal destino das exportações do estado com US\$7,26 bilhões e detém 25,6% de participação no total do agro paulista.

Importações

Em 2023, os principais produtos de importação do agronegócio paulista foram: papel (US\$ 394,16 milhões), salmão (US\$ 380,16 milhões) e trigo (US\$ 300,08 milhões) e representando 21% do total importado (US\$5,05 bilhões).